

Jornalismo alternativo: como os veículos de comunicação Ponte e Pública abordam a violência policial no Brasil¹

Caroline Vieira Bueno de Oliveira²
Rafael Grohmann³

Resumo:

Neste artigo pretende-se expor e analisar como o jornalismo alternativo brasileiro aborda a violência policial no Brasil a partir de dois veículos de comunicação, Ponte e Pública. A partir de seis reportagens sobre esse mesmo tema, ocorrerá a observação de pontos em comum e divergentes entre ambas. A primeira parte do artigo se atém a trabalhar com alguns conceitos, como hegemonia e contra-hegemonia, e de que maneira a realidade do jornalismo se divide entre eles. Na segunda parte, há um panorama de como vem sendo construído o jornalismo alternativo no Brasil, desde o século XIX até os dias atuais. Por fim, estão as seis reportagens analisadas, três da Pública e as outras três da Ponte.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo alternativo; hegemonia; contra-hegemonia; violência policial; Polícia Militar.

Introdução

A linguagem é uma atividade essencial ao homem, um não existe sem o outro. Sem a comunicação, o homem não sobrevive à realidade e sem o homem, a linguagem não comunica, deixa de existir. No mundo pós Revolução Industrial, as atividades em prol de ganhos econômicos alavancaram o desenvolvimento de estruturas modernas, tanto econômicas, como políticas, sociais e tecnológicas. O tempo destinado ao ócio e às atividades de cunho filosófico foi se perdendo entre as engrenagens das fábricas. Nesse contexto, a linguagem – que é uma construção da realidade e, por isso, mutável – como objeto de inquirição foi dando lugar à linguagem rasa, sem criticidade e inovação. Sendo assim, a sociedade deixou de comunicar e passou somente a informar.

Atualmente, encontramos-nos numa maré de informações que atendem ao fetiche da novidade (característica intrínseca ao comportamento do homem moderno), mas dificilmente se sobressai alguma de grande peso sociológico e filosófico. Como consequência, assuntos economicamente, politicamente e socialmente relevantes da agenda

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática de Jornalismo, da Intercom Júnior – XI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação 2º ano do Curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, e-mail: ybocarol@gmail.com

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, e-mail: rafael-ng@uol.com.br

pública não são abordados da maneira adequada, ou, amiúde, sequer abordados, pelos veículos de comunicação, ou melhor, de informação. Esse sistema de troca de informação e o processo pelo qual o acontece são diariamente construídos pelos veículos comunicativos em decorrência de interesses particulares, que priorizam assuntos que geram pouca reflexão, determinam a agenda da mídia e retiram, dessa maneira, qualquer possibilidade de esfera pública, como sendo um espaço para debate e emancipação política dos cidadãos, e subjagam outros interesses (HABERMAS, 2003).

A partir dos escritos de Gramsci, nessa conflito de interesses, está a disputa pela hegemonia, no qual uma classe ou grupo dominante detém o consenso ideológico na sociedade civil e a coerção a partir da sociedade política, o que propicia a manutenção de poderes. Porém, essa manutenção não se faz só por meio da pura e simples coerção da sociedade política, com regras legislativas. Na sociedade civil, os meios de comunicação se mostram fortes aparelhos ideológicos que ajudam a disseminar e a manter o consenso, estipulando o que deve ou não ser tomado como relevante e quais serão as principais óticas da realidade a serem tomadas por todos, diante dos produtos simbólicos. Segundo Marx e Engels, os veículos comunicativos “transportam signos; garantem a circulação veloz das informações; movem as ideias; viajam pelos cenários onde as práticas sociais se fazem; recolhem, produzem e distribuem conhecimento e ideologia” (MARX e ENGELS, 1977, p. 67). Por isso, o processo de comunicação entre a produção cultural e informacional e a sociedade está “estritamente ligada à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a sociedade civil e a sociedade política, entre o consenso e a força” (GRAMSCI, 2000, p. 265).

Nessa conjuntura, as manifestações divergentes ao que foi construído pela classe dominante existem – estruturando a contra-hegemonia –, mas são manifestações necessariamente sufocadas e controladas. Necessariamente, pois a ordem, por meio do consenso e da coerção, deve existir para manter a hegemonia. Dessa maneira, Luciano Gruppi observa:

“(…) uma classe é hegemônica, dirigente e dominante até o momento em que – através de uma classe sua ação política, ideológica, cultural – consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas e impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder.” (GRUPPI, 1978, p. 67)

A transformação e o processo pelo qual um dissenso adentra a agenda pública e, dessa maneira, inicia o próprio espaço na sociedade civil é raro. Para que o aconteça, as classes subalternas à ideologia dominante devem estar organizadas e fortes o bastante para colocarem em cisão a estrutura de poderes. Essa mudança inclui “todas as formas de práxis que superam a simples recepção passiva ou a manipulação dos dados imediatos da realidade, e que se dirigem, conscientemente, ao contrário, para a totalidade das relações objetivas e subjetivas” (COUTINHO, 2003, p. 70)

A internet é uma ferramenta relativamente não controlada, onde há meios para as vozes não serem sufocadas e, dessa maneira, mostra-se representativa e democrática, ainda que não totalmente. Por isso, é visível o aumento do número de meios digitais pelos quais se propaga informação aliada a posições políticas diferentes do posicionamento da classe dominante. Mais à frente, veremos que é exatamente essa a proposta colocada pelos dos veículos de comunicação a serem analisados: a tentativa de, com uma posição ideológica e com um programa alternativo e de oposição, desconstruir a persuasão do consenso sobre a violência policial no Brasil, usando para isso como plataforma a internet.

É importante ressaltar que os conceitos de hegemonia e de contra-hegemonia não se confundem com os mesmos de Louis Althusser, uma vez que este último prevê uma ligação obrigatória entre o Estado e os aparelhos que estabelecem a programação e o controle ideológico, já Gramsci analisa esses aspectos sobre um prisma que traz certa autonomia aos aparelhos, sendo possível a transformação de um aparente dissenso em hegemonia.

E, é nesse âmbito de disputa de assuntos, dentro do agendamento da mídia, que nasce o jornalismo alternativo ou mídia alternativa, “que pode ser caracterizada enquanto um campo que se constitui fora do modus operandi tradicional da atividade midiática, seja em relação a escolha das pautas ou da gestão e práticas nela envolvidas” (FERNANDES, 2012, p. 2). Posto isto, o jornalismo alternativo surge como um fator contrário à hegemonia do campo jornalístico que está inserido na ordem mundial contemporânea. Por isso, para entender a hegemonia e a mídia alternativa é necessário compreender a resistência política cotidiana da estrutura do sistema político, econômico, cultural e histórico. É uma estrutura ditando as regras para a outra estrutura funcionar adequadamente, ou seja, dentro regras estabelecidas por quem possui o poder de decisão. Dennis de Oliveira, em um dos seus textos, disserta o que acerca o jornalismo alternativo:

“A práxis jornalística alternativa tem como perspectiva a reconstrução da esfera pública a partir dos valores da igualdade de oportunidades, da equidade, da democracia radical e da subordinação dos interesses econômico-privados aos interesses coletivos. Não se trata apenas de defesa dos valores da democracia institucional, mas de uma atitude radicalmente democrática, que passa pela abertura dos espaços midiáticos a todos os segmentos sociais, rompendo com o cerco da agenda de fontes oficiais; pela plena referência na produção das informações no sujeito-cidadão e não no sujeito-consumidor. Para tanto, a práxis jornalística alternativa é uma confrontação com a atual estrutura midiática monopolizada e que coloca o jornalismo como mais uma atividade mercantil. Os projetos alternativos de jornalismo podem configurar-se como elementos desconstrução de uma esfera pública alternativa, que esteja atendida com as demandas da maioria da sociedade.” (OLIVEIRA, 2009, p. 06).

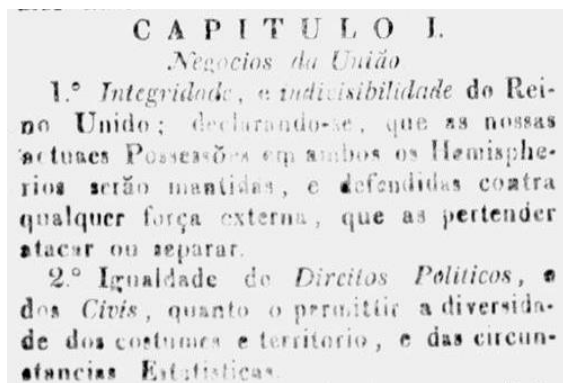
Feita esta breve contextualização, faz-se necessário desfazer alguns nós ligados aos conceitos de jornalismo alternativo, independente e tático, pois em muitos estudos esses termos se sobrepõem entre si. Mas, embora convergentes em algumas nuances, divergem em outras. Jornalismo ou mídia independente, como o próprio nome diz, independe de grandes grupos empresariais, políticos e financeiros, não possui relações com anunciantes e, o que mais o particulariza é o fato de não propagar necessariamente uma ideologia contrária à ordem estabelecida pelos meios de comunicação predominantes, aqueles que perfazem a mídia corporativa ou a “grande mídia”. Há a possibilidade de haver conteúdos de mesmo cunho ideológico em ambas dimensões. Já o jornalismo ou mídia alternativo pressupõe um conteúdo antagônico ao da grande mídia, sendo explícita a antagonia (MENEZES, 2010), “sendo marcado por sua contestação do status quo ou, em outras palavras, do senso comum construído pela mídia hegemônica” (ANDRADE, 2014, p. 2). Por consequência, dificilmente tem apoio financeiro, principalmente de anunciantes, justamente por não publicar assuntos de puro interesse mercadológico. Para Kucinski, o termo “alternativo” pode se relacionar com quatro variantes, sendo a última ligada às produções alternativas durante a Ditadura Militar Brasileira.

“...o radical de alternativa contém quatro dos significados essenciais dessa imprensa: o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos de 1960 e 1970, de protagonizar as transformações sociais que pregavam.” (KUCINSKI, 1991, p.5).

Outra aba que exorbita a ser citada é o jornalismo ou mídia tático, este cria e utiliza veículos comunicativos como dispositivos para chegar até à mídia corporativa e tentar, por finalidade, mudá-la.

Jornalismo Alternativo no Brasil

No Brasil, aquilo que sucedeu o jornalismo alternativo ganha asas mesmo antes da proclamação da República. Com a Revolução Francesa, no século XVIII, o Terceiro Estado derruba o absolutismo francês trazendo novas ideologias para o sistema econômico e político. No começo do século XIX, esses ideais chegam até o Brasil Monárquico influenciando não só a Independência do Brasil em 1822, mas também o surgimento de pasquins, cartazes e panfletos. Esses se dedicavam, em sua maioria, à propaganda ideológica e faziam oposição às políticas dominantes e circulavam com maior frequência durante os períodos de efervescência política, como a maioridade de D. Pedro II, em 1840, e a proclamação da República, em 1889. Apesar de não constituírem primeiramente a estrutura do jornalismo alternativo, essa expressão de novas ideias darão base para a formação de veículos de comunicação alternativos. Entre eles está o Diário Constitucional, que começou a circular em 1821, na Bahia, e é considerado por Sodré “o primeiro que



defendeu os interesses dos brasileiros, quebrando a monotonia da imprensa áulica” (SODRÉ, 1999, p. 51). A imagem ao lado⁴ é de um excerto retirado do primeiro volume do Diário Constitucional, data de 8 de fevereiro de 1822, no qual está escrito quais seriam os negócios da União. Em primeiro está a integridade e indivisibilidade do Reino Unido,

defendendo o território de forças externas. E, posteriormente, está a igualdade de direitos políticos para todos os civis. A partir desse pequeno trecho, fica visível o posicionamento político do Diário Constitucional.

Já no início do século XX, com a consolidação de um estrutura política propriamente brasileira, surgiu uma nova fase do jornalismo alternativo. Nas duas primeiras décadas, junto com os imigrantes europeus, principalmente italianos e entre os quais se encontravam refugiados políticos, e os filhos dos barões de café que iam estudar no

⁴ Imagem retirada do acervo de periódicos digitalizados do site da Biblioteca Nacional

exterior, também vieram as principais premissas relacionadas ao anarquismo, comunismo e socialismo; resultado disso foi a influência dessas ideologias na formação da classe operária na República Velha. Com o pano de fundo brasileiro sendo uma sociedade oligárquica, repressiva, as tensões não poderiam deixar de acontecer. Assim, foi se formando essencialmente durante a década de 1920 uma consciência do poder social em contrapartida à ideologia dominante, ou seja, daqueles que possuíam os instrumentos de trabalho.

E, um dos meios pelo qual as vozes do proletariado e de outros setores defasados da estrutura social eram representadas foi a imprensa. Seja denominada sindical, partidária ou operária (ou proletária), dependendo de quais eram os principais objetivos a serem veiculados – anarcossindicalismo, anarquismo, socialismo –, assunto de discórdia entre historiadores e profissionais da comunicação, todas tiveram em suas diretrizes o desejo de se colocar como uma alternativa às pressões políticas daquele contexto. Entre alguns jornais dessas duas primeiras décadas estão *A Voz Operária* (Campinas, 1906), *A Vida* (Rio de Janeiro, 1914), *O Extremo Norte* (Manaus, 1920), *Ação Proletária* (Rio de Janeiro, 1921), *O Onze de Novembro* (São Paulo, 1921) e *Revista Liberal* (Porto Alegre, 1921).

Outra fase importante para o jornalismo alternativo se deu durante a Era Vargas, de 1930 a 1945, quando o mundo viu ascender o fascismo e o nazismo por toda a Europa, aumentando a tensão entre a esquerda e a direita (mesmo com esses conceitos sendo anacrônicos quando relacionados ao movimentos dessa época, visto que só serão realmente consolidados com a construção completa do sistema econômico capitalista). Aqui no Brasil, Vargas sentia a necessidade de controlar as manifestações dos trabalhadores. Nesse contexto, as principais tiragens jornalísticas parecidas ao conceito de alternativo estudado provinham de partidos políticos contrários ao governo getulista, entre essas está o jornal *A Classe Operária*, fundado pelo Partido Comunista do Brasil no dia 1º de maio de 1925, o qual, cinco meses antes de Getúlio Vargas implantar o Estado Novo, tinha em sua principal manchete “Basta de vacilações e frases ocas! Exijamos através das lutas, medidas concretas em defesa da democracia e contra o fascismo”. Este modelo de posicionamento é contrário aos veículos de comunicação dominantes da época, como a *Rádio Nacional*, associada ao governo de Getúlio Vargas.

Mas o período histórico em que mais floresceu publicações de cunho alternativo foi durante a Ditadura Militar Brasileira, onde os movimentos de esquerda atuaram com mais força em âmbito político e social, e, como a comunicação reflete a realidade, a imprensa

não ficou fora disso. Para o jornalista Bernardo Kucinski, a imprensa alternativa naquele momento estava:

“Em contraste com a complacência da grande imprensa para com a ditadura militar, os jornais alternativos cobravam com veemência a restauração da democracia e do respeito aos direitos humanos e faziam a crítica do modelo econômico. Inclusive nos anos de seu aparente sucesso, durante o chamado “milagre econômico”, de 1968 a 1973. Destoavam, assim, do discurso triunfalista do governo ecoado pela grande imprensa, gerando todo um discurso alternativo. Opunham-se por princípio ao discurso oficial.” (KUCINSKI, 1991, p.5)



O mais conhecido veículo de comunicação alternativo na época é, sem dúvidas, O Pasquim. Editado entre 1969 a 1991 em formato tabloide, teve como fundadores Jaguar, Ziraldo, Tarso de Castro e Sérgio Cabral. O jornal não só atacava o regime autoritário como os costumes e a moral conservadores. Na imagem ao lado⁵, a foto de capa do jornal quando praticamente toda a equipe de redação foi presa.

Existiram também outros veículos como Opinião (1972), Movimento (1975), O Sol (1967) e Em Tempo (1978). Foi nessa época, inclusive, que as rádios comunitárias começaram a se disseminar pela necessidade de organização e comunicação.

Atualmente, a internet e as tecnologias facilitaram o processo de mediação entre o jornalista e o receptor. Em vista disso, os custos para colocar os discursos políticos e sociais em público é muito mais viável. Por isso que se observa coletivos de vários lugares das cidades noticiando o que acontece e que não é representado pela grande mídia, como os jovens que são mortos todos os dias por policiais nas periferias de São Paulo e do Rio de Janeiro. É nesse contexto e dessa necessidade de comunicar aquilo que não tem voz, que nascem veículos como o Mídia Ninja, Observatório de Imprensa, Revista Fórum, Jornal do Povo, Brasil de Fato, Jornal a Nova Democracia, Ponte e Agência Pública. Além desses, há

⁵ Imagem retirada do acervo de periódicos digitalizados do site Centro de Cultura e Memória do Jornalismo.

outros também de cunho alternativo, mas que já estão a mais tempo na profusão de notícias, como as revistas Caros Amigos, Revista Piauí e o jornal Le Monde Diplomatique.

Análises

Dentro do processo pelo qual a práxis do jornalismo alternativo acontece, o emissor estabelece uma relação de intersubjetividade com o receptor, tratando-o fora dos padrões de um mero consumidor de informações fugazes. Sendo assim, pautas que atendem outra perspectiva têm espaço na agenda da mídia - alternativa -, como redução da maioridade penal, criminalização da homofobia, descriminalização e regulamentação do aborto, segurança pública, violência policial entre outros. Aqui, daremos prioridade a uma dessas pautas, a violência policial, e como esta é abordada por dois veículos alternativos de comunicação, a Ponte e a Agência Pública de Jornalismo Investigativo, expondo as devidas comparações entre ambas. A análise se dará confrontando três duplas de notícias de cada veículo, para, assim, abrangermos maiores resultados conclusivos.

A Agência Pública é uma agência de reportagem e jornalismo investigativo sem fins lucrativos e que tem suas matérias pautadas no interesse do público, buscando transmitir o ponto de vista da população que não tem representação na mídia dominante, ou seja, a representação das minorias. Por funcionarem como uma agência, as reportagens produzidas são veiculadas por cerca de sessenta outros veículos, sob a licença de creative commons. O objetivo principal desse veículo é a defesa dos direitos humanos revelando e denunciando informações que nem todos têm acesso, justamente por acreditarem que a grande mídia controla o conteúdo e como tal deve ser divulgado. Em sua apresentação, a Pública coloca a tortura e a violência por agentes do Estado como sendo um dos eixos investigativos da agência. Além de produzir suas matérias, que exigem uma apuração longa, minuciosa e, frequentemente, custosa, a equipe da Pública atua para promover o jornalismo investigativo incentivando os novos jornalistas em seus projetos, além de outros apoios como programas de mentorias e bolsas de reportagem. A agência se mantém ativa através de doações, crowdfunding, financiadores e parcerias.

A Pública é pioneira no Brasil em questão de jornalismo alternativo e serviu de modelo e apoio institucional para o surgimento de outras iniciativas, como por exemplo a Ponte, sendo que esta surgiu de dentro das relações entre os profissionais da Pública.

A Ponte assemelha-se muito à Pública no que tange os assuntos abordados, tendo em comum a indignação causada pela violação dos direitos humanos, sendo mais um meio

de representatividade e visibilidade ao que é omitido pela mídia comercial. Em seu manifesto, a Ponte, também independente e sem fins lucrativos, define-se como um novo canal de informação sobre Segurança Pública, Direitos Humanos, Justiça e Democracia.

A reportagem “Como se absolve um policial”⁶ feita por João Peres, Moriti Neto e Thiago Domenici para a Pública, é carregada de denúncias e ataques à polícia militar, diferenciando-se já neste ponto ao mostrar PMs como culpados de copiosos crimes. Com forte caráter investigativo, invariavelmente presente nos textos da Pública, a matéria também diverge das convencionais ao utilizar outros meios como recurso, como um áudio. A gravação é usada integralmente em meio ao texto e trata-se do relato de uma testemunha, o qual, segundo os autores, foi fundamental para que o processo não fosse arquivado. Além do áudio, a matéria também utiliza fotos e links.

Muitos dos argumentos citam leis e o Código Penal, explicando qual é o desenrolar dos julgamentos, confirmando assertivamente a violação dos direitos humanos e levando o leitor a entender de maneira mais apurada como funcionam certas legislações que esbarram nos casos. Evidencia-se o cuidado dos autores em não repetir o que a mídia faz constantemente ao usar termos pejorativos ao se referir às vítimas. As palavras “bandido” e “meliante” são usadas apenas entre aspas na matéria, visto que estão carregadas de valores classistas e racistas. A exposição dos policiais não é considerada como sendo a única ou a correta, por vezes sendo ironizadas, como em “os policiais começaram a se enrolar” ou “a terceira versão [dos policiais] é a mais interessante”. Nesta última o termo foi empregado no sentido irônico, já que a versão era na realidade bastante duvidosa. Observamos ainda: “A situação só piorou com o passar das horas com a atuação do advogado de defesa dos policiais, Celso Machado Vendramini, famoso por defender PMs acusados por homicídio apelando para a difamação da vítima. Dileone tinha ficha criminal marcada por um roubo e havia sido morto cometendo um novo delito. Um prato cheio para Vendramini”. Neste trecho em que os autores analisam o julgamento da vítima, nota-se mais uma vez a posição dos jornalistas a respeito dos agentes do Estado, nesse caso os policiais e seus advogados.

A reportagem apoia-se por toda sua extensão em dados numéricos obtidos em pesquisas, o que tende a contribuir positivamente, já que as estatísticas ilustram satisfatoriamente muito do contexto político, econômico e social da sociedade. O jornalismo de dados tem a função de confirmar um argumento, e quanto mais números e resultados de pesquisas, mais verídica torna-se a matéria. Alguns exemplos encontrados no texto são “816

⁶ <http://apublica.org/2015/03/como-se-absolve-um-policial/>

mortos pela PM em São Paulo.”; “44% brasileiros concordam com a máxima ‘bandido bom é bandido morto.’”, entre muitos outros. Os autores não se baseiam apenas em um exemplo e, portanto, apresentam mais de um caso de crimes cometidos por policiais explorado.

Essa notícia pode ser considerada uma reportagem especial, já que a apuração foi detalhadamente pensada em responder uma questão social e teve como base várias fontes. Entrevistando parentes de vítimas, acusados, antropólogos, deputados, advogados, ativistas, juristas, os autores têm uma postura determinada em mudar o cenário atual em defesa dos direitos humanos.

Em comparação com a Pública, a matéria, escrita por André Caramante para a Ponte, “PMs de São Paulo matam uma pessoa a cada 10 horas”⁷ é menos investigativa e mais informacional. O propósito principal da reportagem é divulgar dados obtidos pela agência que revelam a violência policial. O formato é mais curto e apresenta gráficos e ilustrações, sendo essas as principais ferramentas argumentativas da matéria, deixando para segundo plano o discurso textual. A matéria busca divulgar os números alarmantes, provoca as autoridades (o Secretário da Segurança Pública da gestão de Geraldo Alckmin e o comandante-geral da Polícia Militar de São Paulo) para levantar o questionamento como mudar esse cenário.

Apesar de se tratar de um matéria com caráter denunciante, consegue ser menos parcial e mais objetiva do que a matéria analisada anteriormente, justamente por apresentar mais dados do que recursos textuais e opinativos. O discurso dos policiais também é relatado, mas de forma imparcial e sem ironizá-los ou atacá-los como faz a Pública. Por fim, a Ponte não apresenta um discurso pautado em opiniões pessoais.

A matéria pode ser considerada alternativa por trabalhar com um tema omitido nas grandes mídias e por destacar o problema da violência de outra perspectiva, sem culpabilizar as vítimas pelas mortes e agressões, isso ocorre mesmo com a Ponte sendo mais sutil do que a Pública.

Na matéria “Limpeza de área”⁸, escrita por Claudia Belfort e Joseane Teixeira para a Pública, o discurso se parece mais com uma narrativa, tendo o foco principal em Bruno Alves de Campos, a vítima assassinada por um policial militar em São Paulo, no bairro Santa Cruz. A matéria começa com a história da vida de Bruno, expondo detalhes sobre sua trajetória que não seriam levados em consideração por veículos tradicionais de

⁷ <http://ponte.org/pms-de-sao-paulo-matam-uma-pessoa-a-cada-10-horas/>

⁸ <http://apublica.org/2014/06/limpeza-de-area/>

comunicação, visto que essas vítimas são, metodicamente, colocadas como as culpadas, não merecendo a devida atenção da mídia.

A linguagem, tanto imagética quanto textual, são utilizadas a um tom apelativo. As autoras deixam subentendido o desejo de querer convencer o leitor da inocência do indivíduo assassinado, mostram-nos os familiares e até chegam a disporem de fotos do rapaz ensanguentado no chão. A matéria é longa e utiliza o boletim de ocorrência como um recurso para verificação dos fatos. Conta ainda com outras imagens que dão mais veracidade aos relatos da familiares e amigos. A culpabilidade da Polícia Militar torna-se óbvia.

Em contraponto à esta última, na matéria “Morte de Lucas é a 5ª no currículo de PM”⁹, escrita por Claudia Belfort e Luis Adorno para Ponte, a manchete da notícia já posiciona a abordagem dada ao assunto pelo site. O leitor toma nota logo de início que o culpado pela morte de Lucas é um policial, cujo currículo apresenta pelo menos cinco assassinatos. O foco da notícia é o PM e os crimes cometidos tal. Não sabemos muitas informações sobre Lucas, apenas nome, idade, quando e onde houve a ocorrência. O objetivo da matéria acerca o fato de uma pessoa representando o Estado matar cinco pessoas e não receber punições por isso, revelando a realidade de que os PMs recebem carta branca para mararem civis a esmo.

Os autores da publicação utilizam documentos para reforçarem a tese apresentada. Assim como na primeira notícia da Ponte estudada, o veículo continua assentando as forças argumentativas mais em discursos imagéticos e documentos oficiais do que em discursos textuais provindos dos jornalistas. O recurso do boletim de ocorrência também é utilizado pela Ponte, nesse caso sendo de um dos crimes cometidos pelo policial, presente na matéria, apresentando forte veracidade. Além disso, não há a presença de um tom apelativo e emocional como na reportagem da Pública.

Na reportagem “Violência legalizada”¹⁰, escrita por Anne Vigna para a Pública, o que está aos olhos dos jornalistas é o fato das mortes cometidas por policiais aumentarem no Rio de Janeiro, mesmo após terem diminuído quando a instalação das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora). Sendo um veículo de cunho alternativo, a matéria já começa fazendo as devidas comparações com a representação desse tipo de violência na mídia entre os meios de comunicação do Brasil e dos Estados Unidos, mas também entre a população

⁹ <http://ponte.org/morte-de-lucas-e-a-5a-no-curriculo-de-pm/>

¹⁰ <http://apublica.org/2014/12/violencia-legalizada/>

de cada país, relevando que aqui não é dada a devida atenção aos tantos homens e mulheres que morrem nas mãos dos policiais.

Para discursar sobre tal realidade, a Pública utiliza, principalmente, fontes orais. Primeiramente, são abordados alguns dados numéricos, sobre os quais estudos e fontes, como delegados, pesquisadores e sociólogos, para reafirmar, explicar e contextualizar o que os dados querem nos informar. Sendo assim, esse é principal joguete de conteúdo da reportagem, trazendo conclusões que mostram outras versões de uma mesma realidade muito desconhecida pela esmagadora maioria da população, visto que os meios de comunicação dominantes só mostram o bandido de acordo com o “bandido bom é bandido morto”. Mesmo nas conclusões, a Pública utiliza fontes, deixando a reportagem com um forte teor verídico e factual, como no trecho “O promotor Mello Cunha Júnior é mais duro, qualificando todo o processo de “um verdadeiro pacto da hipocrisia”. “A Polícia Militar finge que se confronta com marginais, a Polícia Civil finge que investiga estes confrontos, o Ministério Público finge que fiscaliza a ação dos policiais e o véu da mentira oficial a tudo encobre para felicidade geral da nação”.

Já na segunda parte da reportagem, a Pública parte para os familiares das vítimas como as principais fontes. Em primeira instância, é apresentada ao leitor Ana Paula do Gomes Oliveira, cujo filho Jhonatha de Oliveira Lima morreu aos 19 anos por policiais da UPP Manguinhos. Aqui, a reportagem segue um tom mais subjetivo, tentando atingir o lado universal dos fatos, aquele que chega aos leitores pela emoção. Há ainda outra fonte, Fátima dos Santos Pinho de Menezes, cujo filho também foi morto por policiais e nada foi feito. E, por fim, a Pública volta a utilizar fala de especialistas, mostrando que esse discurso é bastante valorizado.

Já na reportagem “Documento secreto: PM viola normas de uso para bala de borracha”¹¹, escrita por Fausto Salvadori Filho para a Ponte, é primeiramente colocado qual será o assunto a ser tratado. Diferentemente da notícia acima da Pública, não há comparações com outros países ou utilização de discursos de terceiros, ou seja, aqui o assunto é posto de maneira direta.

Logo após uma entrada direta e objetiva, o recurso de ilustrações vem para facilitar o entendimento do leitor de como é a Polícia Militar deveria usar as balas de borracha segundo o Procedimento Operacional Padrão, no estado de São Paulo. Logo abaixo, vem uma série de parágrafos ainda com mais informações de como são os procedimentos os

¹¹ <http://ponte.org/pm-bala-de-borracha-documento-secreto/>

quais os policiais deveriam obedecer. Mas na notícia da Ponte, a utilização de fontes de especialistas, como sociólogos, delegados e pesquisadores, se além apenas ao discurso do juiz Valentino Aparecido de Andrade - o que não diminui a qualidade da notícia, mas a priva de uma gama maior de discursos e, portanto, de um material mais extenso.

E, como contraponto, a Ponte revela como a Polícia Militar realmente utiliza as balas de borracha: “A comparação mostra que, nas ruas, o Estado parece seguir uma cartilha própria. Da arma apontada para o rosto das pessoas à omissão no socorro das vítimas, praticamente todas as normas da conduta policial foram violadas.” E, então, expõe alguns exemplos de pessoas que sofreram consequências do uso indiscriminado das balas, como a cegueira total, parcial e ossos da face danificados. Por fim, a Ponte faz conclusões necessárias e afirma que está esperando uma resposta do governo paulista diante dessa realidade alarmante, mas sem maiores discussões sobre o tema, diferentemente da Pública.

Conclusão

A intenção central dos dois sites é, utilizando como base as seis matérias analisadas, mostrar ao leitor os atos descomedidos cometidos por policiais militares ordinariamente sem que esses recebam as punições cabíveis, apresentado, amiúde, ordens e absolvições de órgãos jurídicos do próprio Estado. Sendo, este último, um catalizador para mais mortes, a todo momento, tanto a Ponte como a Pública, colocam em xeque a versão oficial dos relatos, que inocenta os policiais. Mas os veículos de comunicação analisados, mesmo partindo da mesma posição política frente a tal realidade, fazem isso de formas diferentes, tanto na estética e formato quanto no conteúdo a ser veiculado.

Pelo material analisado, a Ponte valoriza em suas reportagens mais os discursos imagéticos para informar o leitor, como depoimentos em vídeo, áudio, fotografias de familiares e vítimas, tabelas com estatísticas e quadrinhos explicativos, deixando o discurso textual como uma segunda ferramenta. Já a Pública, apesar de também utilizar discursos imagéticos, tem preferência para o recurso textual, valorizando explicitamente relatos, opiniões, pesquisas, estudos e posições de familiares, sociólogos, antropólogos, pesquisadores, familiares, amigos, advogados, juristas e ativistas. Por esse motivo, as reportagens analisadas da Pública são mais extensas do que as reportagens da Ponte. Cada uma dá preferência a meios diferentes.

Outro fator importante conclusivo é o tom dado às notícias. A Pública constrói um discurso pautado mais na emoção, colocando o sentimento das pessoas que viveram e ainda

vivem a violência policial, como no trecho a seguir da reportagem “Limpeza de área”: “Quem desse ao Bruno a chance de ser ouvido, se apaixonava. Ele tinha muita força de vontade e um coração bom”. Já a Ponte explora o lado mais objetivo dos acontecimentos, sem recorrer amplamente a esses relatos. Nas notícias analisadas, os jornalistas da Ponte fizeram a mediação direta entre o fato e o receptor, enquanto que a Pública preenche essa mediação com outras narrativas acerca da mesma história. Além disso, a Pública apresenta uma maior contextualização política, história, cultural e social dos acontecimentos, mostrando não só a conjectura, mas também as estruturas da violência policial. A Ponte não deixa de contextualizar, mas o faz sutilmente.

Ambas as páginas desconstroem o cenário criado pelos canais da grande mídia acerca da segurança pública no Brasil. Ao invés de ficarem centradas no discurso oficial do Ministério Público, dos delegados, juízes, promotores e delegados, Ponte e Pública constroem a verdadeira violência, a policial, apontando todos os lados de tal, a qual dificilmente será reportada de maneira verídica em veículos como Globo e Veja, com base empírica.

Por fim, cabe ao Estado intervir na distribuição e atuação dos veículos de comunicação, visando políticas públicas que levem à democratização da produção cultural e informacional do país, visto que ambas são controladas por poucos empresários. Sem que haja a reavaliação do papel da comunicação na construção político e social da sociedade, é impossível acrescentar representatividade das minorias e o dissenso que leve à reflexão.

Referências bibliográficas

- AMARAL, Rogério do; FACHIANO, Carolina F.; NASCIMENTO, Viviane C.V.; Oliveira, Bruna S.; SILVA, Ana Cláudia M.. **O jornalismo alternativo no Brasil: uma análise da revista Caros Amigos**. São Paulo, 2012.
- ANDRADE, Thiago. **Resistência na sociedade de controle: jornalismo alternativo, novas linguagens e tecnologias**. Mato Grosso do Sul, 2014.
- BRAGA, Regina S. (Ed.). **Breve História da Imprensa Radical no Brasil**. In: Cadernos da Comunicação, Série Estudos, Rio de Janeiro, 2005.
- CASADEI, Elisa Bachega. **Experiências históricas do jornalismo alternativo**. In: Revista AlterJor, I Curso de Difusão Cultural em Jornalismo Popular e Alternativo. São Paulo, 2009.
- COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Orgs.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

- DOWNING, John D.H.. **Mídia Radical - Rebelia nas Comunicações e Movimentos Sociais**. São Paulo, SENAC São Paulo, 2002.
- FELDMANN, Anna Flávia. **Jornalismo popular e movimentos sociais**. In: Revista AlterJor, I Curso de Difusão Cultural em Jornalismo Popular e Alternativo, São Paulo, 2009.
- GARCIA, Wilton. **Comunicação alternativa e diversidade cultural no Brasil**. In: Revista AlterJor, I Curso de Difusão Cultural em Jornalismo Popular e Alternativo, São Paulo, 2009.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere – Maquiavel, notas sobre o Estado e a política**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, v. 3.
- GROSSI, Luciano. **Retratos do Jornalismo e da política**. In: Revista AlterJor, I Curso de Difusão Cultural em Jornalismo Popular e Alternativo, São Paulo, 2009.
- GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro, Editora Graal, 1978.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos**. São Paulo, Edições Sociais, 1977, v. 3.
- KUCINSKI, Bernardo. **Jornalista e Revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo, Editora Página Aberta Ltda., 1991.
- LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2004.
- MALULY, Luciano Victor Barros. **O jornalista alternativo**. In: Revista AlterJor, I Curso de Difusão Cultural em Jornalismo Popular e Alternativo, São Paulo, 2009.
- OLVEIRA, Dennis de. **Jornalismo alternativo, o utopismo iconoclasta**. In: SBPJor, Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, VII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, São Paulo, 2009.
- _____. **O jornalismo alternativo na contemporaneidade**. In: Apostila I, Curso de Difusão Cultural em Jornalismo Popular e Alternativo, São Paulo, 2009.
- RIBEIRO, Lavina Madeira. **Imprensa e Espaço Público - A Institucionalização do Jornalismo no Brasil 1808 - 1964**. Rio de Janeiro, E-Papers Serviços Editoriais, 2004.
- RODRIGUES, Sílvia. **Jornalismo alternativo: o estilo gonzo e as vozes da invisibilidade**. In: Revista ALTERJOR, São Paulo, 2013.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Mauad, Rio de Janeiro, 1999.